

**ATA 1922ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br

1 Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às  
2 dezenove horas e trinta e cinco minutos, realizou-se a milésima noningentésima  
3 vigésima segunda reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de  
4 Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove.  
5 Estiveram presentes 21 (vinte e um) conselheiras(os), sendo estas(es)  
6 efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto,  
7 Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria  
8 de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Joari Aparecido  
9 Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira Saraiva,  
10 Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões  
11 Gonçalves, Camila Teodoro Godinho, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo  
12 de Lima Bernardes Sales, Lívia Gonsalves Toledo, Mirnamar Pinto da Fonseca  
13 Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito e Silvio Yasui.  
14 Também estiveram presentes os gestores das Subsedes de: Assis, Edgar  
15 Rodrigues, São José do Rio Preto, Laura Lucia dos Santos Leher e Sorocaba,  
16 Danilo Gomes dos Santos. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**  
17 ***Justificativas de Ausência*** - Foram consideradas as justificativas de ausência  
18 das(os) demais conselheiras(os): Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia  
19 Ciliberti, Marília Capponi, Janaína Leslão Garcia, Maria das Graças Mazarin de  
20 Araujo e Sergio Augusto Garcia Junior. **1.2) Assembleia Orçamentária** - O  
21 CRP realizou a Assembleia Orçamentária no dia 22 de julho de 2016, p.p.,  
22 nesta Sede, tendo como pólo transmissor 8 (oito) das 9 (nove) Subsedes deste  
23 CRP. O conselheiro tesoureiro Guilherme Luz Fenerich anunciou aos presentes  
24 que na Sede se contabilizou 21 (vinte e um) psicólogas(os) participantes, entre  
25 sede e Subsedes, sendo que alguns não ficaram até o momento da votação. A  
26 categoria aprovou a proposta apresentada por este plenário quanto ao valor  
27 das anuidades para pessoa física e para pessoa jurídica, bem como as verbas  
28 destinadas a reformas e ou compra de imóveis para sede e subsedes, deixando  
29 o indicativo de que há flexibilidade em relação a esse valor empenhado. **II)**  
30 **APROVAÇÃO DE ATAS** - As atas das Plenárias Ordinárias nº 1849, de  
31 19/06/15; nº 1854, de 04/07/15; nº 1887, de 29/01/2016; nº 1907, de 07/05/16;  
32 e, nº 1916, de 24/06/16 são submetidas à aprovação do plenário. O conselheiro  
33 Joari Aparecido Soares de Carvalho solicita que o ponto seja repautado para na  
34 Plenária Ordinária 1923ª, que será realizada na manhã do dia seguinte.  
35 **Encaminhamento:** Conforme solicitação do conselheiro Joari Aparecido  
36 Soares de Carvalho, as atas das Plenárias indicadas constarão na pauta da



37 Plenária Ordinária 1823, para aprovação. **III) PESQUISA DA FUNDAP - A**  
38 empresa Fundap - Fundação de Desenvolvimento Administrativo foi convidada  
39 a participar deste ponto de pauta, sendo representados Bruno e Paulo  
40 Fernando T. de Campos Mello para apresentação da pesquisa realizada  
41 relacionada ao atendimento do CRP SP à categoria. Também foi convidada a  
42 assessora técnica do setor de Atendimento, Adriana Pereira. Bruno faz a inicia  
43 a apresentação informando que para realizar a pesquisa, foi encaminhado um  
44 formulário a toda a base de inscritos no CRP SP, por e-mail. Portanto, ocorreu  
45 o primeiro corte da base: aquelas(es) psicólogas(os) que não possuem e-mail,  
46 não foram consultados (total da base: 128.554 X universo da pesquisa: 96.845).  
47 O período da coleta foi entre 08 de dezembro de 2015 e 03 de janeiro de 2016.  
48 Considerando o universo de 96.845 pessoas, 25% foram excluídos devido à  
49 duplicidade no registro ou inexistência do e-mail cadastrado. Foram recebidas  
50 2.614 respostas, sendo que a amostra válida para a pesquisa foi de 2.318  
51 psicólogas(os), pois se excluiu as pesquisas incompletas. Explica que a coleta  
52 de dados amostral é compatível com a realidade da categoria. Para iniciar o  
53 questionário, perguntava-se se a(o) psicóloga(o) havia tido algum contato com  
54 o CRP SP nos últimos 12 meses, seja presencialmente, por telefone ou por e-  
55 mail. Dos 2.318 considerados para a pesquisa, 62,7% responderam que sim.  
56 Para aqueles que informaram que não tiveram contato por esses meios, era  
57 questionado se já havia acessado o site do CRP SP, e desses, 90,7%  
58 responderam terem acessado. Informa também que foi questionada em qual  
59 unidade do CRP SP a pessoa havia tido contato e a maioria (55%) informaram  
60 que na Sede, seguida pela Subsede de Campinas (10,6%). Também se  
61 questionou por quais meios a(o) psicóloga(o) entrou em contato, sendo que era  
62 possível assinalar mais de uma opção. 58,9% tiveram contato telefônico, 44%  
63 presencialmente e 43,3 por e-mail. A partir desse ponto, a pesquisa começa  
64 avaliar cada tipo de atendimento especificamente. Inicia com a exposição dos  
65 resultados quanto ao atendimento presencial, que é feito prioritariamente para  
66 inscrição/reactivação (47,1%), Informativos/eventos (11%), Orientação sobre o  
67 Exercício Profissional (10%), Segunda via da CIP (8,8%) e Declarações/Título  
68 de Especialista (8,8%). Em relação à quantidade de vezes que foi necessário ir  
69 presencialmente à unidade do CRP SP para conclusão do serviço: 40,1%  
70 informaram que apenas uma vez; 43,5% informara que duas vezes; e, 12,5%  
71 informaram que precisaram ir três vezes. Sobre o tempo de espera para ser  
72 atendido: 95,7% consideraram adequado e 4,3% consideraram inadequado. O  
73 tempo de espera foi de até 15 minutos para 79,5% e entre 15 e 30 minutos para  
74 13,9%. Comenta que para avaliar a qualidade do atendimento presencial, foram  
75 separados dois setores: a Portaria do CRP SP e o Atendimento. Da portaria:



76 93,1% avaliaram da mesma forma a clareza de informações. Do atendimento:  
77 90,3% avaliaram o serviço prestado pela portaria, em relação à cordialidade  
78 entre ótima e boa e 89,4% avaliaram da mesma forma a clareza das  
79 informações passadas. Avaliou-se também o horário de atendimento, que para  
80 89,9% das(os) psicólogas(os) é adequado. A respeito do espaço físico, que  
81 97,2% avaliaram a limpeza como ótima ou boa e 88,7% avaliaram como ótima ou  
82 boa a acessibilidade. Porém, a respeito da acessibilidade, 11,3% consideraram  
83 regular, ruim ou péssima. Por fim, a respeito do atendimento presencial,  
84 questionava-se o grau de satisfação com os serviços recebidos: 93,4% se  
85 consideraram muito satisfeitos ou satisfeitos e 94,8% responderam que o  
86 atendimento resolveu aquilo que precisavam. Sobre o atendimento telefônico,  
87 inicialmente é feita avaliação do pré-atendimento, onde se distingue o “menu de  
88 opções” (gravação) do atendimento realizado pela telefonista. 70,9% considera  
89 o “menu de opções” bom ou ótimo, enquanto 65,2% têm essa avaliação do  
90 atendimento da telefonista. Quanto ao tempo de espera para ser atendida(o)  
91 pela telefonista, 84,5% considerou adequado, sendo que o tempo foi de até 5  
92 minutos para 74,7% e entre 5 e 15 minutos para 19,9%. Assim como avaliado  
93 no atendimento presencial, para o telefônico, também se verificou a quantidade  
94 de vezes que foi necessário ligar para que conseguisse efetivar o atendimento:  
95 51% apenas uma vez, 27,1% duas vezes e três vezes ou quatro vezes ou mais  
96 somaram 21,9%. Os serviços para os quais os profissionais mais entraram em  
97 contato telefônico com o CRP SP foram: Orientação Profissional (25,9%),  
98 Solicitação de boleto e/ou renegociação de parcela em atraso (24,1%) e  
99 Inscrição/reativação (18,3%). Pediu-se também que avaliassem as informações  
100 prestadas por telefone: 80,5% avaliam como bom ou ótimo. O horário do  
101 atendimento telefônico foi considerado adequado para 83,9%. Quanto à  
102 satisfação em relação ao atendimento recebido por telefone, 30,4% declaram-  
103 se muito satisfeitos; 51,7% satisfeitos; 12,4% insatisfeitos e 5,4% muito  
104 insatisfeitos. 18% declararam que o atendimento não resolveu o que era  
105 desejado. A respeito do site, questionou-se como avaliavam as informações  
106 contidas e 83,5% consideram entre bom e ótimo. Porém, 26,6% informaram  
107 não terem localizado as informações buscadas. A pesquisa verificou também  
108 as principais informações buscadas em caso de contato via e-mail e site, que  
109 são orientação profissional, pagamentos e cursos/eventos. Fez-se então uma  
110 comparação dos dados, que indica que a satisfação foi maior no contato  
111 presencial. Destaca que os insatisfeitos no atendimento telefônico somam  
112 17,9% e dos contatos via e-mail e site, 16,5%. Para finalizar a pesquisa, era  
113 questionada se havia algum aspecto que poderia ser melhorado no  
114 atendimento recebido e 33,3% informara que sim. E, para aqueles que



115 responderam que sim, havia a possibilidade de sinalizar as sugestões. Das  
116 sugestões recebidas, a Fundap fez a categorização entre “sugestão” (59,5%) e  
117 “reclamação” (39,1%). Das reclamações, destaca aquelas com maior  
118 incidência: 24,4% reclamam da dificuldade em obter orientação e informações/  
119 imprecisão das informações; 19,3% do atendimento não cordial; e, 11,2% da  
120 dificuldade em contato telefônico. Das sugestões, também destaca as que  
121 ocorreram com maior incidência: 25,2% indicam a melhoria nos processos do  
122 CRP/desburocratização; 21,1% a agilidade na resolução e entrega; e, 20% a  
123 melhoria na comunicação e divulgação das informações. Outro foco da  
124 pesquisa foi a eficiência da comunicação do CRP, assim, questionou-se se são  
125 recebidas as comunicações enviadas pelo CRP, que 93,1% indicaram que sim.  
126 Também se a(o) psicóloga(o) tinha ciência dos eventos promovidos pelo CRP-  
127 SP: 86,1% indicaram que sim, mas 76,7% informou não ter participado de  
128 nenhum desses eventos nos últimos 12 meses. Sobre o perfil das(os)  
129 entrevistadas(os): 88% são mulheres, 81% brancas, 77% exercem atualmente  
130 a profissão de psicóloga(o), a maior parte reside no município de São Paulo  
131 (37,3%) e 39,7% se graduaram nesta cidade, a maior parte tem até 10 anos de  
132 inscrição no CRP (60%). Elisa Zaneratto Rosa agradece à Fundap pela  
133 exposição e indica que considera importante que essa apresentação seja  
134 também enviada às Subsedes, para que todos tenham conhecimento. Informa  
135 que será feita a apresentação a todos os funcionários do setor de Atendimento,  
136 inclusive das Subsedes. A pesquisa apresentada faz parte do trabalho  
137 realizado pela Fundap no CRP-SP, que também envolveu entrevista com todos  
138 os funcionários que trabalham no setor de atendimento. Adriana Pereira  
139 relembra que assim como a Fundap, ela mesma também conversou com cada  
140 funcionário do atendimento, tanto da sede como das Subsedes. Sobre as  
141 questões levantadas pelos funcionários das subsedes, informa que eles  
142 indicam um distanciamento do funcionamento e trabalho da sede, e que, então,  
143 ela vem fazendo um trabalho de aproximação. Com relação à telefonia, as  
144 principais reclamações são de demora no atendimento e dificuldade em  
145 conseguir falar. Pensando nisso, conta que será reformulada a gravação dos  
146 telefones, que atualmente a gravação inicial é bastante longa, informando o  
147 endereço e horário de funcionamento do CRP. Porém, pondera que também é  
148 necessário que tenha pessoas disponíveis para fazer o atendimento (após a  
149 gravação). O projeto que ela desenvolveu prevê que tenham 4 (quatro) pessoas  
150 somente para o atendimento telefônico. Atualmente, é realizado rodízio entre os  
151 funcionários que também realizam atendimento presencial. Conta que esse  
152 projeto é para ser colocado em prática no próximo ano e que além desse  
153 atendimento, caso no momento não haja ligações, essas pessoas poderiam



154 realizar o contato telefônico com a(o) psicóloga(o) para confirmação de  
155 endereços, por exemplos. Conta também que já estão ocorrendo mudanças  
156 nos setores de Recepção e Portaria, que anteriormente ficavam sob-  
157 responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos. Outra ação que se  
158 mostrou necessária foi a realização de treinamento e capacitação dos  
159 funcionários do atendimento, sendo que já devem ser realizados os módulos  
160 sobre racismo, sobre pessoas com deficiência e sobre público LGBT. Outra  
161 ação que tem sido realizada, com vistas a melhorar o atendimento é a  
162 reestruturação do site no que diz respeito à parte de atendimento, assim como  
163 as redes sociais. Ressalta a importância de que todas as informações sejam  
164 passadas para a equipe de atendimento e, assim, conversou com Tersandro  
165 Vilela, coordenador de Comunicação do CRP SP, para solicitar que a  
166 Comunicação informe o setor de Atendimento sobre as ações e questões  
167 pertinentes. Ainda sobre a questão da Comunicação, relata que não há um  
168 padrão nas comunicações entre cada funcionário do setor, inclusive diferenças  
169 entre sede e subsedes. Por isso, será criado um guia de procedimentos, para  
170 que tanto os funcionários da sede quanto os funcionários das subsedes  
171 possam prestar a mesma informação à(ao) psicóloga(o). Reforça que o desejo  
172 do setor é de realizar um trabalho com qualidade. Nesse momento, Elisa  
173 Zaneratto Rosa informa ao plenário que as ações planejadas que envolvem  
174 mudança de Sistema não serão realizadas nesta gestão, devido ao momento  
175 eleitoral. Dario Henrique Teófilo Schezzi comenta que, com relação ao  
176 atendimento telefônico, a logística das Subsedes é diferente, pois há poucos  
177 trabalhadores e não é possível atender as todas as ligações. Por isso, pensou  
178 que seria interessante ter uma central de atendimento telefônico na Sede, o  
179 que auxiliaria o bom andamento dos trabalhos nas Subsedes. Adriana Pereira  
180 explica que no momento não há como acatar essa sugestão, pois também na  
181 sede há grande volume. Mas para o futuro, quando houver a central montada,  
182 entende que seria uma boa proposta. Luciana Mantovani, coordenadora técnica  
183 da Comissão de Ética, questiona se esses dados serão divulgados, pois  
184 entende que seria positivo que a categoria pudesse verificar como tem sido o  
185 atendimento do CRP. Comenta que há um problema para o Departamento da  
186 Comissão de Ética, que se dá pelo atendimento a pessoas com processos, que  
187 normalmente estão muito nervosas. Por isso, questiona se essas situações  
188 ocorrem também no setor de Atendimento e se as formações poderiam ser  
189 ampliadas também para os administrativos do setor da Comissão de Ética.  
190 José Agnaldo Gomes pontua que o documento pode ser divulgado, vez que  
191 essa ação estaria alinhada ao princípio da transparência desta gestão. Adriana  
192 Pereira comenta que nos atendimentos telefônicos ocorrem diversos casos de



193 pessoas nervosas devido a alguma situação. Tem recomendado a equipe de  
194 atendimento que lhe repassem essas ligações de conflito, para que ela possa  
195 tratar diretamente. Melissa Neves Sandrin, assistente técnica da Comissão de  
196 Orientação e Fiscalização, sugere que se avalie se é possível que a  
197 capacitação possa ser realizada para todos os funcionários que lidem com o  
198 público. Elisa Zaneratto Rosa relembra que na pesquisa há também uma parte  
199 que voltada para o atendimento recebido da COF, pois para a categoria isso  
200 também é reconhecido como atendimento. Sugere que essa parte seja  
201 discutida na COF, pois é um atendimento que deve ser cuidado e os resultados  
202 específicos sobre ele são interessantes. Dá para entender que se trata de um  
203 atendimento mais difícil. Melissa Neves Sandrin indica que a maior parte das  
204 orientações é realizada de forma tranquila, mas, às vezes, há algumas que são  
205 complicadas - por exemplo, quando a pessoa espera algo que não é da alçada  
206 do CRP fazer ou orientar. Regiane Aparecida Piva questiona se apareceu na  
207 pesquisa situações como a que observou em Bauru: como há somente uma  
208 assistente técnica, quando esta está em fiscalização, o administrativo atende  
209 a(o) psicóloga(o) para que a AT possa retornar depois. Porém em alguns  
210 casos, é urgente, e orienta-se que se entre em contato com a sede, que possui  
211 maior número de ATs para atender, mas já ocorreu de ao entrarem em contato  
212 com a sede, serem redirecionados para a Subsede. Entende que há de se  
213 prestar atenção para esse tipo de situação. A conselheira presidenta informa  
214 que a pesquisa não tinha essa especificidade. Mas pondera que essa  
215 discussão é muito mais da COF, do que do Atendimento. Em sua visão, a COF  
216 deve afinar essas questões entre Sede e Subsedes, para que não ocorra esse  
217 tipo de situação. Regiane Aparecida Piva pondera que é algo que envolve todo  
218 o estado e que envolve o atendimento, uma vez que, nas Subsede, quando a  
219 AT não está, quem faz o atendimento é o administrativo. Aristeu Bertelli da  
220 Silva parabeniza a qualidade da pesquisa apresentada tanto pela Fundap  
221 quanto pela assessora técnica, Adriana Pereira. Com relação ao atendimento  
222 não cordial, indica que seria importante que se pudesse ter essas informações  
223 mais detalhadas. Também vê como importante a construção padrão de  
224 procedimentos operacionais, que pode ser feito através de um manual de  
225 orientação/procedimentos, que uniformizará a forma de atendimento e, assim,  
226 as informações prestadas. Considera um setor muito importante, o de Portaria,  
227 pois é o primeiro contato que a(o) psicóloga(o) têm com o CRP. Sugere a  
228 criação de uma estratégia para o auto-atendimento, por meio da internet, que é  
229 uma demanda muito forte da categoria, por estar tão presente na sociedade  
230 atualmente. José Agnaldo Gomes informa que, em visita às Subsedes, Adriana  
231 Pereira coletou os folhetos informativos de cada Subsede e observou que



232 continuam informações contrastantes. Assim, sua ideia é mesmo uniformizar  
233 essas questões. Comenta também que a demanda de fazer capacitações  
234 pensando em públicos específicos foi uma demanda que surgiu dos próprios  
235 trabalhadores do setor de atendimento. O plenário agradece a presença dos  
236 representantes da Fundap, que se retiram ao fim da discussão deste ponto.  
237 **Encaminhamento:** A pesquisa apresentada pela Fundap deverá ser  
238 encaminhada para todas as subsedes e estar disponível no Portal da  
239 Transparência, sendo divulgada para a categoria no sentido de apontar as  
240 medidas que estão sendo tomadas para qualificar o atendimento. **IV) PLANO**  
241 **DE RECURSOS HUMANOS SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR** - Luiz  
242 Carlos Francisco Jr., assistente técnico de RH, informa ao plenário que foi  
243 demandado a levantar quais são os principais conflitos, problemas e  
244 necessidades que existem entre os trabalhadores do CRP SP, assim como  
245 fazer um levantamento que caracterize as sobrecargas no trabalho. Após isso,  
246 deveria fazer o diagnóstico e o Projeto de Ação, considerando as dimensões  
247 gerenciais e de recursos humanos. Conta que em março foi realizada reunião  
248 com o conselheiro secretário, José Agnaldo Gomes, e com o gerente geral,  
249 Diógenes Pepe, para compreensão da demanda. A partir disso, adotou-se a  
250 estratégia de realização de diálogo informal com supervisores e coordenadores,  
251 com vistas à investigação das dificuldades identificadas em cada setor. Para  
252 facilitar esse diálogo, pensou em uma série de questionamentos que  
253 ajudassem os supervisores e coordenadores a identificar problemas e  
254 dificuldades dos trabalhadores. As conversas foram realizadas com os  
255 coordenadores e supervisores em meados do mês de abril e era aberta a  
256 possibilidade de serem dadas sugestões que pudessem contribuir para a  
257 construção de uma política de Recursos Humanos. Não houve nenhuma  
258 problemática que foi relatada por todos os setores, o que avalia como positivo,  
259 pois isso poderia indicar problemas mais enraizados dentro da instituição. Cita  
260 como exemplos de dificuldades relatadas: conflitos relacionais internos,  
261 sobrecarga da demanda de trabalho, absenteísmo, falta de funcionários  
262 efetivos, interação com outros departamentos e falta de autonomia das  
263 subsedes. Assim, tendo em vista as dificuldades relatadas e as sugestões  
264 apresentadas pelos supervisores e coordenadores, apresenta como proposta a  
265 realização de palestras educativas relacionadas às temáticas de Saúde do  
266 Trabalhador e qualidade dos relacionamentos interpessoais, o que pode auxiliar  
267 para a diminuição do absenteísmo e dos conflitos existentes. Inicialmente, seria  
268 propostos temas e, com o tempo, passariam a ser abordados temas que  
269 fossem considerados de maior relevância pelo coletivo dos trabalhadores.  
270 Essas palestras se dariam em encontros mensais. Para que pudesse ser dada



271 continuidade aos conteúdos das palestras, seriam encaminhados comunicados  
272 institucionais educativos que reforcem os temas discutidos. Reforça que os  
273 trabalhadores do CRP costumam se posicionar e interagir no envio de  
274 comunicados, então poderia ser uma estratégia importante. Apresenta, então, a  
275 lista de temas que poderiam ser discutidos, tais como: motivação, o papel da  
276 mulher na sociedade, entusiasmo e bom humor nas relações, depressão e  
277 autoestima, estresse/*burnout*. Para ministrar essas palestras, consultou os  
278 parceiros que o CRP já têm, como Amil e *FarmaPonte*, que realizam esse tipo  
279 de serviço. Propõe também que a política de RH inclua orientação com o RH,  
280 que se configuraria pela busca de orientações através de um diálogo  
281 previamente e formalmente solicitado, visando humanizar as relações de  
282 trabalho com um serviço de apoio, mediação e aconselhamento. Para isso,  
283 seria realizada a divulgação massiva à equipe de trabalhadores. Pontua que já  
284 realiza esse trabalho, mas quando há uma procura do próprio trabalhador. Mas  
285 que entende que precisa ser algo institucionalizado. E que poderia ocorrer  
286 inclusive com toda a equipe de determinado setor, se o caso. Propõe também  
287 que seja investido no aprimoramento profissional, através de programa de  
288 qualificação e investimento nos trabalhadores, objetivando a ampliação de  
289 conhecimento e formação profissional e pessoal, mediante indicações  
290 efetuadas no processo de avaliação de desempenho e necessidades  
291 identificadas pela gestão. Indica também que o plenário aprove a elaboração de  
292 uma minuta de Regulamento Interno em que sejam estabelecidas diretrizes  
293 sobre a conduta profissional dos trabalhadores, com orientações e sugestões  
294 para uma convivência mais saudável de acordo com o previsto para uma  
295 instituição pública. Reforça que um Regulamento Interno auxiliaria a balizar as  
296 questões e os possíveis conflitos, pois criaria parâmetros. José Agnaldo Gomes  
297 relembra que o plenário havia demandando que ele e o gerente geral, Diógenes  
298 Pepe, apresentassem um projeto de saúde do trabalhador e que essas  
299 propostas expostas atendem a essa demanda. Moacyr Miniussi Bertolino Neto  
300 diz-se preocupado em que seja chamada a Amil (empresa de Planos de Saúde)  
301 para falar sobre saúde do trabalhador. Questiona qual o tipo de Saúde do  
302 Trabalhador se está pensando. Pontua que a gestão defende a saúde pública e  
303 que, portanto, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - Cerest teria  
304 melhores condições de ministrar essas palestras, que seriam de melhor  
305 qualidade e um serviço dado gratuitamente. Dário Henrique Teófilo Schezzi  
306 parabeniza o assistente técnico de RH, Luiz Carlos Francisco Jr., pela  
307 apresentação. Considera que o desenvolvimento do trabalho de Recursos  
308 Humanos do CRP é muito importante. Pois era uma área que o preocupava e  
309 que vê que está se tendo uma oportunidade de propor algo novo dentro desta



310 instituição e construtivo. Como princípio, a questão apresentada pelo  
311 conselheiro Moacyr Miniussi Bertolino Neto faz muito sentido. Porém, entende  
312 que como disparador, as palestras propostas, dados por empresas de planos  
313 de saúde também poderiam funcionar. Também lhe agradou a proposta de que  
314 sejam encontros mensais e entende que devem ser espaços para refletir, pois a  
315 rotina institucional é bastante complicada. Assim, sugere que as atividades não  
316 sejam somente palestras, mas um espaço de diálogo. Lembra que a  
317 coordenadora de Comunicação anterior havia identificado diversos grupos que  
318 os trabalhadores formavam que eram espaços que deveriam ser fomentados.  
319 Pondera ainda que é muito necessária a sensibilização dos avaliadores nas  
320 avaliações de desempenho da equipe e que é preciso ter um alinhamento de  
321 critérios, pois não estão muito claros. Conta que fez as avaliações de  
322 desempenho na Subsele de Ribeirão Preto, e que entrou em contato com  
323 várias pessoas para poder pensar em um padrão. Trata-se de uma questão que  
324 impacta muito os trabalhadores, pois reflete em aumento de salários. Luciana  
325 Mantovani diz que gostou da proposta apresentada. Mas ficou com dúvida em  
326 relação à Comsat – Comissão de Saúde do Trabalhador, pois não sabe se a  
327 mesma é obrigatória, mas que o CRP, anteriormente, teve uma composta. Luiz  
328 Carlos Jr. comenta que considera positiva a sugestão do conselheiro Moacyr  
329 Miniussi Bertolino Neto, assim como quaisquer outras propostas que o plenário  
330 possa trazer. Explica que foram buscados os parceiros que o CRP já possui.  
331 Comenta ainda que a ideia não é ser uma palestra para difundir as linhas de  
332 pensamento dessas empresas, mas para disparar temas, que depois serão  
333 discutidos pelos próprios trabalhadores. Quanto à avaliação de desempenho,  
334 entende ser uma questão importante dentro do CRP. Além dos critérios de  
335 notas, há também espaço para fazer avaliação qualitativa, que é um espaço  
336 para construção do texto. Pontua que sempre faz um levantamento sobre as  
337 partes qualitativas das avaliações. E explica também que a Comsat não é uma  
338 Comissão obrigatória e é constituída por representantes da Diretoria, dos  
339 trabalhadores e do Sindicato dos trabalhadores. Por envolver muitas pessoas,  
340 acaba burocratizando o processo e, em geral, atenta-se mais para questões  
341 estruturais. Sugere que se inicie com essa proposta do RH e, se surgirem  
342 outras questões ou a demanda for muito grande, pode-se pensar em recompor  
343 a Comsat. Guilherme Luz Fenerich comenta que a Comsat consta em Acordo  
344 Coletivo de Trabalho, mas que o processo para recompor é o apresentado pelo  
345 assistente técnico de RH, que é longo. Lembra que o plenário chegou a  
346 discutir a composição, inclusive sugerindo nomes, mas não chegou a concluir a  
347 indicação. Também o Sindicato não priorizou essa pauta. **Encaminhamento:** O  
348 plenário aprova a proposta apresentada pelo Departamento de Recursos



349 Humanos, que constituirão as Políticas de Recursos Humanos. O Centro de  
350 Referência em Saúde do Trabalhador deverá ser a fonte para as palestras. V)  
351 **ASSUNTOS FINANCEIROS** - O conselheiro tesoureiro, Guilherme Luz  
352 Fenerich apresenta o informe financeiro do CRP SP. Saldo em bando: R\$  
353 20.691.315,00 (vinte milhões, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e  
354 quinze reais); aplicado em CDB: R\$ 20.193.701,89 (vinte milhões, cento e  
355 noventa e três mil, setecentos e um reais e oitenta e nove centavos); a  
356 arrecadação foi de R\$ 23.920.098,00 (vinte e três milhões, novecentos e vinte  
357 mil, noventa e oito reais), o que representa 69% do previsto. Houve 4.030  
358 (quatro mil e trinta) novas inscrições, 813 (oitocentas e treze) reativações, o  
359 que representa um recorde nos últimos 15 anos, e 2.506 (dois mil, quinhentos e  
360 seis) cancelamentos, que mesmo em apenas sete meses, já supera os anos  
361 anteriores. Informa que Camila de Freitas Teodoro esteve presente na reunião  
362 nacional de tesoureiros, onde discutiram a transparência, o fundo de ajuda para  
363 CRs em dificuldade financeira e a situação financeira do CRP 01. A respeito da  
364 transparência, o CFP informou que está em processo de desenvolvimento de  
365 um sistema que diminua a dependência do Sistema Implanta, utilizado  
366 atualmente. A fala do CFP era de que o assunto estava aberto para discussão  
367 dos CRs e contaram que o prazo para entregar os produtos havia sido adiado,  
368 mas não informaram para quando. Portanto, até o momento, não há nenhuma  
369 informação que interfira diretamente no CRP agora. Sobre o Fundo de apoio  
370 aos regionais, a ideia é que seja ampliado o escopo do fundo para Regionais  
371 com dificuldade financeiras. O CFP recuperou a lei que diz que o repasse dos  
372 Regionais ao conselho federal deve ser de 33,333% da arrecadação, além da  
373 taxa para o fundo de reserva. Assim, indicaram que os regionais devem  
374 apresentar a análise do impacto dessa para cada regional, inclusive  
375 considerando a estimativa de aumento da base de psicólogos. Muitos  
376 Regionais já apontaram como inviável para suas realidades financeiras. Este  
377 CRP SP ainda não fez esse levantamento, mas está questionando o método de  
378 solicitação dessas informações. É preciso estudar melhor essa questão. É  
379 importante que o CRP SP tenha atenção a essa questão. No que se relaciona a  
380 situação financeira do CRP 01, durante a APAF havia sido pactuado de que  
381 fosse elaborado um plano de ajuda a esse Regional. E foi trazido ao final da  
382 reunião de tesoureiros, apenas com o intuito do CFP de informar que não  
383 cumpriria o deliberado em APAF, pois não prestaria ajuda financeira ao  
384 Regional, utilizando como argumento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um  
385 parecer do Tribunal de Contas da União sobre a venda de imóvel pelo CRP-01  
386 indica que não houve irregularidade na transação, mas o CFP afirma como  
387 irregular. O TCU indica a Lei de Responsabilidade Fiscal para balizar o



388 exercício financeiro dos conselhos de classe, em caso de ausência de lei  
389 específica que verse sobre o tema. Não há perspectiva, neste momento, de  
390 ajuda do CFP ao CRP-01. Pontua que o plenário deve aguardar a chegada de  
391 nova documentação sobre o caso, para pensar como o Sistema Conselhos  
392 pode agir nesse caso. **Encaminhamento:** Plenário ciente do exposto pelo  
393 conselheiro tesoureiro. **VI) CAMPANHA DO ECA** - Gabriela Gramkow informa  
394 a Campanha foi finalizada no dia 13 de julho de 2016, na atividade “Encontro  
395 estadual ‘O Sistema Socioeducativo Paulista em debate’”, que foi o momento  
396 de lançamento do Caderno de Debates “Visitas Institucionais à Fundação Casa  
397 São Paulo”, que o produto final da ação de fiscalização às unidades da  
398 Fundação Casa em todo o estado. Informa que há ainda há uma ação em  
399 andamento na Campanha, que são as Oficinas nas redações de jornais, que  
400 ainda está no prazo, que é até o mês de setembro. Serão realizadas em agosto  
401 com os “Jornalistas Livres” e há outras duas que serão realizadas com a Folha  
402 de São Paulo e com o Estadão. Informa também que a Andi fará o  
403 levantamento midiático sobre a Campanha de 25 anos do ECA. Através do  
404 registro fotográfico das Rodas, estão sendo feitos cartões postais e a ideia que  
405 seja uma ação para o Dia do Psicólogo. Conta que foram realizadas 27 (vinte e  
406 sete) rodas, de forma coletiva e em todas as regiões e superando a meta de 25  
407 (vinte e cinco). Sobre o livro, relembra que tem relação com a parceria com o  
408 Ministério Público, que demandou as visitas. Gustavo de Lima Bernardes Sales  
409 contribuiu com as rodas com as(os) psicólogas(os) que atuam na Fundação  
410 Casa. Comenta também que haverá reunião com representantes da Fundação  
411 Casa no próximo dia 08 de agosto. Mirnamar questiona o que será feito com os  
412 vídeos gravados durante as rodas. Gabriela Gramkow explica que a Campanha  
413 iniciou com a finalidade de realização no próprio território pontualmente, mas  
414 que as pessoas foram fazendo os registros fotográficos e, por isso, teve-se a  
415 ideia dos cartões postais. Mas, nem todas as rodas possuem registro em vídeo,  
416 e considerando o tempo para o fim da gestão, não dá para ser planejar uma  
417 nova ação nesse sentido. Porém, pode-se divulgar o vídeo na página da  
418 Campanha do ECA. Gustavo de Lima Bernardes Sales destaca o envolvimento  
419 das subsedes, relatando que foi complicado o contato com os jornalistas  
420 indicados pela ANDI e cada Subsele optou por outras mídias. Foi um processo  
421 que exigiu dedicação das subsedes. Dentre as Subsedes, destaca a de  
422 Sorocaba, que na véspera da realização das atividades, ainda muita coisa não  
423 estava pronta, mas as pessoas se comprometeram e realizaram uma bela  
424 atividade. Entende que essa Campanha é um legado desta gestão. Regiane  
425 Aparecida Piva parabeniza a todas pela realização da campanha, comenta que  
426 as pessoas foram se emocionando ao longo da campanha, em acompanhar as



427 rodas e as fotos. Sugere, para os postais, que sejam distribuídos às pessoas  
428 que vierem aos eventos, para que possam mandar para alguém, por Correio,  
429 como uma ação do Dia do Psicólogo. Elisa Zaneratto Rosa pondera que é  
430 necessário verificar se o orçamento disponível possibilitaria a ação de envio  
431 dos cartões postais. Considera boa a ideia, apenas atenta para o orçamento.  
432 Comenta que o Caderno de Debates tem muita qualidade, com análise de  
433 vários âmbitos e sob vários recortes. Registra a satisfação de a gestão ter  
434 concluído a Campanha com tanta qualidade técnica, bem como a importância  
435 da participação das crianças e adolescentes. Entende que os membros do  
436 plenário devem ter esses materiais produzidos. Regiane Aparecida Piva indica  
437 que deve ser checado com a comunicação se todas as Subsedes receberão  
438 todos os cadernos que serão lançados, para que possam ser expostos, ainda  
439 que devam receber em maior número o caderno que for lançado naquela  
440 região. Pontua que os núcleos fizeram plano de distribuição desses materiais.  
441 Elisa Zaneratto Rosa e Joari Aparecido Soares de Carvalho alertam que é  
442 importante seguir o plano de distribuição feito pelos núcleos responsáveis pelo  
443 material. **Encaminhamento:** O conselheiro tesoureiro deverá verificar se há  
444 orçamento disponível para que seja contemplada a ação de fazer os Cartões  
445 Postais da Campanha de 25 anos do ECA para envio por Correios. A  
446 Comunicação deverá ser consultada se todas as subsedes receberão  
447 exemplares das publicações que serão lançadas durante a semana de  
448 lançamentos do CRP SP. **VII) COMISSÃO DE ÉTICA** - Elisa Zaneratto Rosa  
449 relembra que o plenário se organizou para participar das plenárias éticas. A  
450 preocupação no momento é garantir que seja concluído tudo que foi iniciado  
451 nesta gestão. Assim, deve-se finalizar nesta gestão: julgamentos, pedidos de  
452 reconsideração, etc. A preocupação é de entregar os processos em dia, para  
453 não caracterize que algo ficou parado. A proposta também é que fossem  
454 nomeados relatores para reconsideração. Pela última conta feita, no máximo,  
455 cada conselheiro deverá pegar mais um processo, para que seja possível  
456 finalizar todas as atividades iniciadas por essa gestão, no que concerne à  
457 Comissão de Ética. Solicita esse esforço do plenário. Luís Fernando de Oliveira  
458 Saraiva informa que nas plenárias éticas de 28 e 29 de julho ocorreram mais 3  
459 (três) nomeações para PDOs (Processo Disciplinar Ordinário) e uma  
460 renomeação de julgamento. Ainda há pendente 3 (três) PDOs, 7 (sete)  
461 reconsiderações para serem nomeadas e 1 (uma) para ser renomeada. Conta  
462 que a preocupação na COE é que não tenha tempo de apreciar tudo. São: 12  
463 (doze) pedidos de reconsideração e 37 (trinta e sete) pareceres que estão  
464 prontos ou que ficarão prontos no próximo mês. Sendo que há 8 (oito)  
465 Plenárias Éticas previstas para ocorrer entre agosto e setembro. Elisa



466 Zaneratto Rosa reforça o pedido de que o plenário se comprometa e se esforce  
467 para que tudo seja finalizado. Expõe que seriam cerca de 7 processos  
468 apreciados por plenária. Mas, seria dada prioridade aos processos mais antigos  
469 e, caso não seja possível passar os processos nomeados, deixar despacho  
470 indicando que devido ao fim da gestão será necessária renomeação na próxima  
471 gestão. Gabriela Gramkow pontua que o número de processo crescerá se  
472 forem nomeados os pendentes. Pois, já há 53 (cinquenta e três) em andamento  
473 e a previsão de que entrem mais 13 (treze). Regiane Aparecida Piva pontua  
474 que é necessário comprometimento real do plenário, pois é muito difícil a  
475 situação. A conselheira presidenta reforça que acabou o tempo. Se uma(um)  
476 conselheira(o) está com a reconsideração, precisa passar nesta gestão. Que é  
477 algo pelo qual o plenário precisa se organizar. Não dá mais para ficar meses  
478 para passar uma reconsideração, já precisa indicar em qual plenária será  
479 apresentada. Ilana Mountian diz que para passar 7 processos em cada plenária  
480 é necessário que se verifique se as pessoas estarão disponíveis para ficarem  
481 até mais tarde, se for preciso. Entende esse ser um parâmetro importante para  
482 montar quórum. Graça Maria de Carvalho Camara diz que a Plenária Ética  
483 desta data terminou cedo hoje, pois somente foram passados pareceres. Para  
484 ela, não é tão simples conseguir apreciar tudo. E registra que havia sobra de  
485 quórum nas plenárias de ontem e de hoje, mas não sabe se terá daqui pra  
486 frente. Gabriela Gramkow coloca que com os processos que já estão para  
487 serem apreciados, já deverão ser apreciados 7 processos em cada plenária,  
488 mas se nomearem para os outros processos, serão acrescentados mais 14  
489 processos. Ilana Mountian questiona se é possível pensar em realizar mais  
490 plenárias éticas. E pondera-se que sim, desde que se garanta o quórum. Luís  
491 Fernando de Oliveira Saraiva vê com preocupação a ideia de fazer novas  
492 plenárias. Pondera que talvez seja mais interessante adiantar as plenárias de  
493 setembro, pois não há certeza se pelas datas que estão agendadas, ocorrerão  
494 nesta gestão. Elisa Zaneratto Rosa defende que os novos processos que serão  
495 nomeados, sejam agendados para o fim de setembro e, se a data for posterior  
496 à troca da gestão, indica-se a renomeação. Mas, o presidente da Comissão de  
497 Ética, também não acha factível fazer novas nomeações. É importante dar  
498 conta dos processos que já estão nomeados. Regiane Aparecida Piva diz que  
499 há dois processos que são antigos e que estão agendados para setembro.  
500 Entende que devem ser trazidos para agosto. **Encaminhamentos: 1)** Deverá  
501 ser verificado o quórum para realizar plenárias extraordinárias nas datas abaixo  
502 indicadas, caso seja possível formar, as plenárias serão agendadas: a) 05/08, à  
503 noite e 06/08, manhã; b) 19, à tarde e à noite, e 20/08, manhã. Se confirmadas  
504 a realização dessas Plenárias Éticas, o calendário de Reuniões e do plenário



505 deverá ser atualizado 2) Os processos mais antigos deverão ser passados nas  
506 primeiras plenárias éticas agendadas, evitando deixá-los para as plenárias de  
507 setembro. **7.1) Nomeação para Processos Éticos** - Indica-se a necessidade  
508 de nomeação para processos éticos em trâmite. **Encaminhamento:** O plenário  
509 faz as seguintes nomeações: PE 01/14 – Guilherme Luz Fenerich; PE 85/13 –  
510 Graça Maria de Carvalho Camara; PE 32/14 – Dário Henrique Teófilo Schezzi;  
511 e, PE 47/14 – Aristeu Bertelli da Silva. **VIII) REGISTRO DE PJ PARA**  
512 **COMUNIDADES TERAPÊUTICAS** – Melissa Neves Sandrin apresenta o  
513 levantamento feito pela COF conforme solicitação das plenárias do mês de  
514 junho de 2016: "Fiscalizações de Comunidades Terapêuticas: pedidos de  
515 inscrição de pessoa jurídica". Explica o procedimento de fiscalização de pessoa  
516 jurídica, que é feita após a concessão do registro, em até 90 dias. E que, no  
517 caso de PJs de Comunidades Terapêuticas, a fiscalização é feita antes, com 4  
518 fiscais, realizando-se também conversa com usuárias/os, sempre que possível.  
519 Não é dada prioridade às fiscalizações de CTs que solicitam pedido de  
520 inscrição de PJ ao CRP. Após a fiscalização, a COF delibera sobre o  
521 deferimento ou indeferimento da inscrição. O fluxo estabelecido para as CTs é  
522 o seguinte: 1) Atendimento encaminha solicitação de pedido de PJ de CT à  
523 COF; 2) COF encaminha para sede/subsedes; 3) Realiza-se orientação  
524 presencial (com membro da Gestão e assistente técnica/o); 4) Realiza-se  
525 fiscalização (sem agendamento), com equipe de 4 fiscais, entrevista com  
526 psicóloga/o RT e com usuárias/os e responsáveis pela instituição; 5) A COF faz  
527 análise sobre deferimento/indeferimento e demais encaminhamentos; 6)  
528 Parecer deve ser encaminhado pela Subsede para o Departamento de  
529 Orientação e Fiscalização; 7) AT da COF encaminha para o Atendimento; 8)  
530 Atendimento faz os demais encaminhamentos. Relata situações já ocorridas  
531 nesse tipo de fiscalização: hostilidade, intimidação; locais distantes, de difícil  
532 acesso e sem iluminação à noite; e, obstáculos/impedimentos para entrevistar  
533 as/os usuárias/os. Para posicionar o plenário sobre o que representam essas  
534 fiscalizações dentro das diversas demandas da COF, apresenta tabela  
535 informando a quantidade de fiscalizações realizadas durante os anos de 2013 a  
536 2016, e especificamente no período da gestão, bem como as fiscalizações  
537 pendentes em cada Subsede. Conta que conforme solicitação da plenária  
538 consultou outros Conselhos para verificar como fazem com relação às  
539 inscrições de comunidades terapêuticas. O Conselho de Santa Catarina  
540 também realiza a fiscalização antes da concessão do registro, porém, essa  
541 fiscalização é agendada. O Conselho do Paraná também realiza a fiscalização  
542 antes, agendada, mas participa também uma/um representante da Comissão  
543 de Direitos Humanos. Já O CRP de Minas Gerais utiliza a Resolução CRP/MG



544 n° 001/2016, que versa: “Art. 2º- O requerimento de inscrição da pessoa  
545 jurídica junto a este Conselho Regional de Psicologia somente será concedido,  
546 caso seja verificado que na mesma estão asseguradas as condições  
547 necessárias para o exercício profissional da psicologia, respeitadas as  
548 previsões do Código de Ética do Profissional Psicólogo, da legislação em vigor  
549 referente à espécie, e, respeitadas as condições abaixo: (...) III – que não haja  
550 a prática ou convivência com quaisquer atos que caracterizem negligência,  
551 discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; IV – que não haja  
552 indução a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de  
553 orientação sexual, identidade de gênero ou a qualquer tipo de preconceito,  
554 quando da prestação dos serviços de Psicologia; V- que não haja internações  
555 involuntárias sem o oferecimento de assistência integral ao interno, incluindo  
556 serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e  
557 outros.” e “Art. 3º - A pessoa jurídica que solicitar inscrição terá seu pedido  
558 indeferido caso seja constatado por este Conselho qualquer uma das seguintes  
559 condições: I – incluir em suas atividades isolamento social; II – praticar ações  
560 que possam ser descritas como castigo, punição física ou moral, ou,  
561 psicológica; III – possuir missão, filosofia, política, normas e práticas  
562 incompatíveis com os princípios éticos, técnicos e científicos da Psicologia;  
563 (...)”. Conta que a COF também solicitou parecer jurídico sobre a questão. O  
564 retorno que tiveram, através do Parecer Jurídico PH 20/16 foi que “(...) a recusa  
565 de inscrição neste Regional sem o devido fundamento por meio inclusive de  
566 uma avaliação prévia ofende os princípios constitucionais da administração  
567 pública”. Considerações do plenário: Ilana Mountian pontua que fiscalizar é  
568 parte da função do CRP e que já participou de algumas fiscalizações em que o  
569 ambiente era bastante hostil. Pontua que esse é um problema central. Com  
570 relação a deferir ou indeferir a PJ, devem ser consideradas as violações de  
571 Direitos Humanos. Outro aspecto, além dessas violações é a estrutura desses  
572 locais, pois, se é um ambiente de saúde, aberto e voluntário, não deve ter  
573 grades. Lembra que ocorreram casos de pessoas que morreram por estarem  
574 trancadas em seus quartos. Uma questão que se põe desde o início é como  
575 lidar com o excesso de demandas de fiscalização e, além disso, como criar  
576 procedimentos ou mesmo uma Resolução, para enfrentar essas questões.  
577 Adriana Eiko Matsumoto reforça que o ponto foi pautado para definir se o CRP  
578 iria ou não negar registro de PJ antecipadamente e, nas duas possibilidades,  
579 como o CRP atuaria, se seria por meio de Resolução. Graça Maria de Carvalho  
580 Camara comenta que a demanda para a COF e NADM era trazer as  
581 informações que não estavam disponíveis, para possibilitar a plenária de  
582 analisar e deliberar. Cita que a informação era que o Conselho Regional de



583 Santa Catarina não concedia mais registro para CT, mas contatou-se que isso  
584 não é verdade. A diferença dos outros conselhos para o de SP é que não há o  
585 mesmo volume de solicitações. Sugere que seja feita Resolução, assim como a  
586 concebida pelo CRP MG, pois muitas CTs já não se enquadrariam. Cita  
587 também que há procedimentos que podem ser melhorados e que otimizarão o  
588 processo, como solicitar documentação no momento do pedido de inscrição  
589 para análise prévia, antes de realizar uma fiscalização. Considerando que já  
590 haverá o subsídio da documentação, também será possível fazer uma  
591 fiscalização mais breve. Sugere que sejam pensados esses critérios que  
592 agilizem o processo. Moacyr Miniussi Bertolino Neto exprimi que não estava na  
593 última plenária, que iniciou essa discussão. Concorda com a Graça Maria de  
594 Carvalho Camara no ponto de que seja criada resolução semelhante a do  
595 Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Porém, se preocupa quando  
596 o critério para não fiscalizar é o alto número de demandas, sendo que há  
597 situações gravíssimas de violações de direitos humanos nesses espaços.  
598 Pondera que não é uma fiscalização rápida e não há como ser, pois é  
599 necessário constatar todas as violações que estão ali presentes. Se há  
600 dificuldades de dar conta, temos que rever a estrutura. Sugere também que  
601 essa resolução seja voltada não somente para as CTs, mas também para  
602 HCTPs e hospitais psiquiátricos. Explica que a Resolução poderia ter como  
603 objeto inscrição de PJs em geral. Luciana Mantovani diz que quando trabalhava  
604 na COF questionava-se sobre a razão da Resolução obrigar a realizar a  
605 fiscalização em todas as PJs e, ainda mais, no prazo de noventa dias. Pontua  
606 que a demanda de SP é muito grande e que a obrigação do CRP é fiscalizar o  
607 exercício profissional, mas não diz que deve fiscalizar todas/os psicólogos/as.  
608 Assim, também entende que não deveriam ser fiscalizadas todas as pessoas  
609 jurídicas. Melissa Neves Sandrin conta que a apresentação foi feita com foco  
610 nas fiscalizações de CTs que solicitaram inscrição de pessoa jurídica no CRP e  
611 que são para estas fiscalizações que a diretriz da COF é de não se priorizar.  
612 Trata-se com prioridade as averiguações, que ocorrem muito por solicitação do  
613 Ministério Público ou por denúncia. Muitas destas averiguações, inclusive, são  
614 de CTs. Ainda esclarecendo, sobre chamar gestoras/es e colaboradoras/es  
615 para fiscalizar, instrui que, na sede, há apenas 3 (três) CTs aguardando  
616 orientações e fiscalizações, mas nas Subsedes, a demanda é maior.  
617 Geralmente, nas subsedes, serão chamadas/os primeiramente gestoras/es e  
618 colaboradoras/es da própria região. Caso não estejam disponíveis, podem  
619 chamar gestoras/es e colaboradoras/es da sede. Assim, não ocorre deixar de  
620 fiscalizar, nem se propõe deixar de fiscalizar CTs em geral. A discussão é sobre  
621 as fiscalizações de PJs de CTs. As averiguações são prioridades. Há também



622 muitas pessoas jurídicas que solicitam inscrição, além das CTs, que compõem  
623 as fiscalizações a serem feitas. Pontua também que é o único CRP que  
624 trabalha com a entrevista de usuárias/os. E que nessas fiscalizações aparecem  
625 situações que são inerentes à/ao fiscal, mas há outras que envolvem as  
626 condições de segurança das/os fiscais, inclusive. Moacyr Miniussi Bertolino  
627 Neto, considerando a fala da Luciana Mantovani e que são nas instituições de  
628 privação de liberdade que ocorrem as maiores violações de direitos humanos,  
629 sugere que ao invés de tirar a obrigatoriedade de fiscalizar todas as PJs, que  
630 se coloque como critério que sejam fiscalizadas todas que trabalhem com  
631 internação. Porém, como não é possível, pondera talvez alterar o prazo de 90  
632 dias, que pode ser inviável e ainda causa previsibilidade ao órgão a ser  
633 fiscalizado. Adriana Eiko Matsumoto registra que o objeto da discussão desse  
634 ponto de pauta é registro de PJ Comunidade Terapêutica, e não a mudança na  
635 resolução do CFP que institui a POF – Política de Orientação e Fiscalização,  
636 nesse sentido, alterar o que está prescrito sobre prazos de fiscalizações em  
637 registros e cadastramentos de PJ não é possível por meio de uma Resolução  
638 Regional. Regiane Aparecida Piva pondera que, no caso das comunidades, os  
639 90 dias não vale, pois a fiscalização é realizada antes da concessão de registro  
640 para CT. Para as outras empresas, é concedido o registro de PJ e depois tem  
641 prazo de 90 dias para fiscalizar. Sobre a pontuação de não ser obrigatória à  
642 fiscalização de empresas, entende que é complicado dar o aval para  
643 funcionamento de uma empresa, sem fiscalizar. Sobre as CTs, até agora, há  
644 apenas duas solicitantes para as quais concedemos o registro. Adriana Eiko  
645 Matsumoto pondera que fica claro que não há como negar registro sem  
646 nenhuma ação prévia do CRP. Então, o plenário precisa definir como o CRP  
647 SP deve agir nesses casos, de acordo com as propostas já apresentadas:  
648 Levantou-se a possibilidade de utilizar a Resolução do CRP-04 como base,  
649 incluindo as previsões colocadas aqui, de entrevista com usuárias/os. Outra  
650 questão apontada foi a revisão dos procedimentos, para garantir uma maior  
651 celeridade. Mas ainda há dúvida se a Resolução será para PJs que tenham  
652 internação (privação de liberdade e condição asilar) ou se somente para CTs.  
653 Guilherme Luz Fenerich pontua que a Resolução de Minas é específica. O  
654 processo que o CRP faz já é bastante criterioso. E, uma resolução não seria  
655 um regulamentador para as comunidades terapêuticas, mas o procedimento  
656 que o CRP utilizaria para dificultar essas inscrições. Ilana Mountian pontua que  
657 o CRP já acompanhou, inclusive como mostra o Dossiê sobre CTs, que nesses  
658 espaços ocorrem graves violações. Sugere que a Resolução seja para PJs que  
659 devem estar alinhadas com os direitos humanos, não tendo qualquer  
660 mecanismo de tortura. Moacyr Miniussi Bertolino Neto diz que se é feita



661 resolução exclusiva para CTs, de certa maneira, está-se corroborando com a  
662 possibilidade de inscrições dessas entidades. Assim, concorda com a proposta  
663 de Ilana Mountian, que se indiquem quaisquer instituições com características  
664 asilares. Se for colocado que o objeto dessa Resolução é as comunidades  
665 terapêuticas, haveria o risco de que elas possam passar a se denominar de  
666 outra forma. Luciana Mantovani entende que fazer uma Resolução com esse  
667 tipo de defesa, pode gerar processo para o Conselho, pois no direito, sempre  
668 se presume a inocência. Graça Maria de Carvalho Camara pondera que não dá  
669 para fechar os critérios nesta plenária, mas que se pode encaminhar para que a  
670 COF faça uma proposta de texto, para na próxima sessão ordinária o plenário  
671 possa apreciar. Joari Aparecido Soares de Carvalho pontua que não existem  
672 instituições de assistência social com privação de liberdade. Existem  
673 instituições que se dizem de assistência, para atender as pessoas em situação  
674 de acolhimento, mas que não praticam políticas de assistência social.  
675 Precisamos entender a realidade e trabalhar nela. O estado de SP tem  
676 incidência maior desse tipo de instituições, devido à política do estado, que  
677 reforça esses modelos. Entende que é melhor uma resolução de maior  
678 abrangência, e não específica. O exposto por Luciana Mantovani deve também  
679 ser considerado, pensando em como fazer uma Resolução desse tipo, sem que  
680 configure presunção de culpa. Guilherme Luz Fenerich reforça que privação de  
681 liberdade já é a primeira violação que faz o CRP não deferir PJ. É necessário  
682 pensar em como será dada a nomenclatura. E indica que seja solicitado  
683 suporte jurídico para construir o texto da Resolução. **Encaminhamento:** O  
684 plenário encaminha para que a Comissão de Orientação e Fiscalização, Núcleo  
685 de Álcool, Drogas e Medicalização, Comissão de Direitos Humanos, Núcleo de  
686 Saúde e Núcleo de Assistência Social apresentarem minuta de Resolução  
687 considerando os dados técnicos e termos apresentados nesta plenária. A COF  
688 coordenará esse trabalho e deverá contar também com suporte jurídico. A  
689 minuta de Resolução deve ser apresentada na próxima plenária. **IX)**  
690 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA - O**  
691 conselheiro secretário submeteu ao plenário a aprovação dos processos das  
692 pessoas física e jurídica inscritas neste CRP SP. **Encaminhamento:** Pessoa  
693 física - 371 (trezentos e setenta e um) inscrições novas, 116 (cento e  
694 dezesseis) reativações, 6 (seis) inscrições secundárias, 30 (trinta) inscrições  
695 por transferência, 191 (cento e noventa e um) cancelamentos a pedido, 29  
696 (vinte e nove) cancelamentos por transferência, 2 (dois) cancelamentos por  
697 inscrição secundária e 44 (quarenta e quatro) cancelamentos por não  
698 apresentação do diploma. Pessoa jurídica - 28 (vinte e oito) registros, 11 (onze)  
699 cadastros, 04 (quatro) alterações contratuais e 11 (onze) cancelamentos a



700 pedido. Total geral de processos aprovados para pessoas física e jurídica: 843  
701 (oitocentos e quarenta e três), conforme folha anexa que é parte integrante  
702 desta ata. **X) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – O plenário  
703 tomou conhecimento da relação de psicólogas(os) para aprovação do título de  
704 especialistas. Encaminhamento: Na modalidade Concursos foram deferidos: 01  
705 (um) na área de Neuropsicologia. Na modalidade Cursos Credenciados,  
706 deferiram: 19 (dezenove) na área da Psicologia do Trânsito, 9 (nove) em  
707 Psicologia Clínica, 01 (um) em Psicologia Hospitalar, 7 (sete) em  
708 Neuropsicologia e 2 (dois) em Psicologia da Saúde. Foram indeferidos, na  
709 modalidade Cursos Credenciado, 01 (um) em Psicologia Hospitalar. Na  
710 modalidade Cursos IES, deferiram: 1 (um) em Psicologia Organizacional e do  
711 Trabalho, 12 (doze) em Psicologia do Trânsito, 01 (um) em Psicologia Jurídica,  
712 07 (sete) em Psicologia Clínica, 05 (cinco) em Psicologia Hospitalar, 3 (três) em  
713 Psicopedagogia e 2 (dois) em Psicologia da Saúde. Foi indeferido, na  
714 modalidade Cursos IES, 01 (um) em Psicologia Clínica. Total geral de títulos de  
715 especialistas homologados: 72 (setenta e dois), conforme folha anexa que é  
716 parte integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira  
717 presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário José  
718 Agnaldo Gomes, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por  
719 todos os presentes. São Paulo, vinte e nove de julho de dois mil e dezesseis.

---

Adriana Eiko Matsumoto

---

Alacir Villa Valle Cruces

---

Aristeu Bertelli da Silva

---

Bruno Simões Gonçalves

---

Elisa Zaneratto Rosa

---

Camila Teodoro Godinho

---

Gabriela Gramkow

---

Dario Henrique Teófilo Schezzi

---

Graça Maria de Carvalho Camara

---

Gustavo de Lima Bernardes Sales

---

Guilherme Luz Fenerich

---

Lívia Gonsalves Toledo

---



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

---

Ilana Mountian

---

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

---

Joari Aparecido Soares de Carvalho

---

Regiane Aparecida Piva

---

José Agnaldo Gomes

---

Sandra Elena Sposito

---

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

---

Silvio Yasui

---

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br